REQUERIMENTO Nº....., DE 2015

Requer a redistribuição do Projeto de Lei nº 6986, de 2013, para análise de mérito na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 41, inciso XX, combinados com os art. 139, alínea 'a', juntamente com o art. 32, inciso VI, alínea 'b', 'c' e 'i' do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho relativo ao Projeto de Lei nº 6896, de 2013, que "Acrescenta parágrafos ao art. 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho aos domingos nos contratos de terceirização.", para que este possua análise de mérito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

O PL nº 61/2015, ao alterar a CLT, para que na hipótese de terceirização que exija trabalho aos domingos, a permissão concedida à tomadora será estendida à empresa prestadora de serviços, que terá vigência pelo período contratual entre a tomadora e a prestadora. A proposta foi despachada para as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Atualmente a matéria aguarda deliberação de parecer na CTASP.

A proposição em questão, altera as relações trabalhistas, mas também realiza modificações na estrutura econômica dos serviços de terceirização. Ao permitir a realização de atividades de terceirização aos domingos, existem, conseqüentemente, alterações na política e na atividade industrial do país, além de alterar as relações comerciais entre as empresas tomadoras e prestadoras dos serviços.

Outra alteração proveniente desta proposta é a majoração dos valores contratuais, visto que será necessário o pagamento do salário aos domingos na forma estabelecida pela legislação trabalhista. Além do mais, como aponta a própria CLT, em seu art. 67, § único, "nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização." Portanto, além da alteração salarial, será necessária a contratação de mais funcionários para compor o quadro e com isso respeitar a legislação trabalhista, gerando maiores custos às partes.

Cabe a CDEIC analisar, como exposto no art. 32, inciso VI, do RICD, matérias que tratem da ordem econômica nacional; de política e atividade industrial, comercial; setor terciário; regime jurídico das empresas. A proposta em questão, portanto, se configura no rol de matérias que necessitam de análise deste Colegiado, pelas razões acima expostas.

Diante do exposto, solicito a revisão do despacho inicial dado à matéria, com a finalidade de que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio também se debruce sobre o mérito da proposição.

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.

Deputado